



ISSN Eletrônico: **2525-5908**

revista.farol.edu.br

ISSN Impresso: **1807-9660**

Vol. 17, Nº 17. 2022 - novembro

Contato: revista@farol.edu.br

**O PAPEL DA MÍDIA SOBRE OS ASSASSINATOS DOS MÁRTIRES DA
AMAZÔNIA**

Cleyton José Wolff

Rita Clara Vieira da Silva

O PAPEL DA MÍDIA SOBRE OS ASSASSINATOS DOS MÁRTIRES DA AMAZÔNIA

Cleyton José Wolff¹
Rita Clara Vieira da Silva²

Resumo: O presente artigo tem como foco o papel da mídia sobre os assassinatos dos mártires da Amazônia. Adotando-se como método a de revisão bibliográfica, sendo que esta foi feita com base em livros, artigos e revistas que dissertem sobre o tema e que pudessem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Como objetivo geral desta pesquisa buscou-se elencar e destacar o papel da mídia sobre os assassinatos dos mártires da Amazônia. Os objetivos específicos buscam apresentar um breve histórico e relato dos assassinatos na Amazônia, além de pontuar os principais dados sobre os assassinatos e as iniciativas para avaliação e combate e por fim, analisar como a mídia lida com os assassinatos dos mártires na Amazônia. Finalizando, esta pesquisa deixou-se o tema exposto, propondo que no futuro seja realizado uma nova pesquisa que tenha a finalidade de contextualizar o que aqui foi apresentado. Juntamente com esta nova pesquisa de contextualização, sugere-se a realização de um estudo mais aprofundado propondo um estudo de caso.

Palavras-chave: Assassinatos; Amazônia; Mídia; Mártires da Amazônia.

THE ROLE OF THE MEDIA ON THE MURDERS OF MARTYRS IN THE AMAZON

Abstract: This article focuses on the role of the media on the murders of martyrs in the Amazon. Adopting as a method of bibliographic review, which was based on books and magazines that discuss the topic and that contributed to the development of the research. As a general objective of this research, we sought to list and highlight the role of the media on the murders of martyrs in the Amazon. The specific objectives will look for a brief history and account of the murders in the Amazon, in addition to punctuating the data on the murders and the main initiatives for evaluation and combat and, finally, analyzing how the media deals with the murders of martyrs in the Amazon. Finally, this research left the subject exposed, proposing that in the future new research is carried out that has the purpose of contextualizing what has been presented here. Along with this new contextualization research, it is suggested to carry out a more in-depth study proposing a case study.

Keywords: Murders; Amazon; Media; martyrs of the amazon.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é a principal reserva de biodiversidade do planeta e uma das regiões com os menores índices de desenvolvimento humano da América Latina. Apesar dos grandes esforços globais para promover a conservação de seus recursos, os países amazônicos têm a complexa missão de promover a conservação e, ao mesmo tempo, promover melhores condições de vida para suas populações (RODRIGUES, 2020).

Nos países que estão em desenvolvimento, é comum a busca pela melhoria das condições socioeconômicas como justificativa das tomadas de decisões que aumentam a

¹ Graduado em Direito pela Faculdade de Rolim de Moura. Mestrando em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia. cleyton-wolff@outlook.com

² Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia Mestranda em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia. ritaclaravieira@gmail.com

degradação ambiental. O modelo de desenvolvimento praticado na Amazônia é extremamente “chocante” para esse bioma, considerado um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas. Assim, a Amazônia é um ambiente onde se faz necessário a criação de modelos de conservação da biodiversidade que incluam as comunidades locais e a melhoria de seu bem-estar (DUARTE, 2020).

Insta salientar que o Brasil é responsável pela gestão da maior parte da Amazônia, sendo que apenas o Estado do Amazonas, com 1,5 milhão de km², tem 97% de seu território conservado, ou seja, é a maior reserva de floresta tropical do mundo. Porém, o que se observa na prática é que no Estado do Amazonas existe uma constante pressão de desmatamento vindo de todos os lados, do Sul e do Oeste, o desmatamento se estende em um semicírculo pelo Estado, no conhecido “arco do desmatamento”, região de desenvolvimento da agricultura extensiva (RODRIGUES, 2020).

Todo o território da floresta Amazônica em solo brasileiro vem sendo destaque nos últimos meses por parte da mídia, e em conjunto maior notoriedade por parte das autoridades e organismos externos, que desta vez estão com os olhos voltados para o desenrolar das ações policiais contra os assassinos de Dom e Bruno, mortos no primeiro semestre de 2022 (CANDIOTTO, 2022).

Com isso, vários estudos notórios vieram à tona mostrando que crimes ambientais e de drogas, nos últimos anos não apenas contribuíram para níveis recordes de desmatamento na floresta amazônica, mas também para um aumento na taxa de homicídios.

Um relatório anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sem fins lucrativos, traz à baila que a taxa de homicídios da região norte aumentou 62% em 2021, enquanto a taxa geral do país caiu 9,3%. Houve 6.291 assassinatos na região no ano de 2021, ante 5.758 em 2020. Das 30 cidades mais perigosas do Brasil, 13 estão na Amazônia (CANDIOTTO, 2022).

Se o Norte do Brasil fosse um país, sua taxa de homicídios seria de 33 por 100.000 pessoas o tornaria o 11º mais perigoso do mundo, à frente de nações como México, Colômbia e Nigéria (SILVA et al., 2022).

Estatísticas separadas da Comissão Pastoral da Terra ligado à Igreja Católica dão conta que foi na Amazônia 77% das 403 mortes decorrentes de conflitos de terras rurais pelo controle do território nacional entre 2012 e 2021 (CANDIOTTO, 2022).

Destaca-se que na década de 1990, a região amazônica dentro das fronteiras do Brasil era relativamente uma região segura em comparação com o resto do país, apesar dos níveis recordes de desmatamento. No entanto, a partir de 1999, os estados da região amazônica

tiveram aumento na taxa de homicídios de forma abrupta e, desde 2007, superaram continuamente o resto do país nessa métrica.

Estudos apontam que a taxa de homicídios era maior em partes da região da Amazônia onde os pesquisadores identificaram uma maior ameaça de extração ilegal de madeira e mineração ilegal, bem como em regiões onde ocorriam apropriação ilegais ou forçadas de terras, e, a lógica é simples: nos mercados ilegais há desentendimentos e disputas que não são resolvidas por meio da atuação do Estado (BITTENCOURT, 2022).

Dentro deste contexto, o presente trabalho buscará responder qual o papel da mídia sobre os assassinatos dos mártires da Amazônia?

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa buscou elencar e destacar o papel da mídia sobre os assassinatos dos mártires da Amazônia e, por meio dos objetivos específicos buscou-se apresentar um breve histórico e relato dos assassinatos na Amazônia, além de pontuar os principais dados sobre os assassinatos e as iniciativas para avaliação e combate e por fim, analisar como a mídia lida com os assassinatos dos mártires na Amazônia.

A análise incide basicamente na busca por responder aos objetivos ou hipóteses colocadas nas pesquisas realizadas e nos dados coletados. Para propor a análise, é conveniente apresentar um plano de análise ou o que é conhecido como plano de exploração de dados. Geralmente, detalha de maneira flexível como procederemos diante dos dados, e quais são as principais linhas de análise.

A interpretação dos dados refere-se à implementação de processos através dos quais os dados são revisados, a fim de alcançar uma conclusão informada e um estágio essencial do processamento de dados. Os dados provêm de várias fontes e tendem a entrar no processo de análise em uma ordem desordenada.

Assim, nesta etapa final, todo o material foi lido analiticamente com o objetivo de organizar e sintetizar as informações pesquisadas e elaboradas. Nessa fase, foram consideradas as informações que viabilizaram a resposta ao tema de estudo por meio de objetivos gerais e especializados.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Assassinatos Na Amazônia Brasileira

O histórico dos assassinatos na Amazônia não é algo recente e perdura ao longo de muitos anos. E, foi ao longo dos anos, que indígenas, missionários, repórteres, líderes ambientais, seringueiros e pessoas comuns foram brutalmente assassinadas dentro do território amazônico.

Estudos ao longo dos anos apresentam que os principais incidentes violentos separados dentro da floresta Amazônia ocorreram e ocorre em sua maioria contra defensores do meio ambiente (DE SOUZA SANTOS, 2021).

No final de 1988, menos de duas semanas antes de ser assassinado por um pistoleiro ligado a um grupo de fazendeiros sem lei, o seringueiro amazônico, defensor da floresta e ícone ambiental Chico Mendes disse ao Jornal do Brasil: “funerais que vamos salvar a Amazônia. Eu quero viver!” (CARNEIRO et al., 2021).

O assassinato de Chico, foi entre os tantos um dos que chocou toda uma geração devida a sua notoriedade e representatividade dada a sua forte atuação pública, não foi simplesmente mais um caso isolado como tantos outros.

Inúmeros outros casos de assassinatos na Amazônia continuam no anonimato, a exemplo, no ano de 2011, cinco trabalhadores rurais foram assassinados na Amazônia, quatro desses assassinatos ocorreram no Pará e um em Rondônia. Esses assassinatos devem se somar a centenas de outros crimes não resolvidos na Amazônia no ano de 2011.

Surpreende que os primeiros assassinatos nesta onda de violência ocorreram no dia em que o Congresso Nacional votava a proposta de reforma da Lei Florestal, em 24 de maio de 2011 em Brasília. O casal de extrativistas Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio da Silva foram mortos em uma emboscada e, ambos eram líderes do assentamento extrativista Praia Alta Piranha, localizado no município de Nova Ipixuna (sul do Pará), uma área conhecida por violentos conflitos envolvendo grileiros, madeireiros, extrativistas e agricultores. Maria e José Cláudio denunciavam a atividade madeireira ilegal e degradante e dada sua ferrenha atuação, constantemente estavam sendo ameaçados de morte (ROLEMBERG et al., 2022).

Quatro dias depois (em 28 de maio de 2011), a polícia encontrou o cadáver do fazendeiro Herenilton Pereira dos Santos. Herenilton supostamente presenciou o crime. No

dia anterior, o agricultor Adelino Ramos, o Dinho, foi morto a tiros enquanto vendia hortaliças em Vista Alegre do Abunã, em Rondônia. Adelino denunciava a extração ilegal de madeira e estava sendo ameaçado por grandes proprietários. A Polícia Civil indiciou um homem como autor do crime, mas não identificou os mandantes (SOUSA, 2021).

A quinta vítima foi Obede Loyola Souza. O cadáver deste trabalhador rural foi encontrado em um sábado, 11 de junho de 2011 em Pacajá (PA), com um buraco na orelha, supostamente causado por um fuzil. De acordo com a Polícia Civil, a morte de Obede pode estar associada a disputas de terras entre os próprios moradores do camping Esperança, onde ele morava. No entanto, de acordo com ativistas da Igreja Católica, o crime pode estar associado em verdade ao negócio madeireiro ilegal e degradante (DE SOUZA SANTOS, 2021).

No geral crimes como esses costumam ficar sem solução no Brasil. Entre os anos de 2001 até 2011, 219 pessoas foram assassinadas nas selvas do Amazonas no território do estado do Pará. Pasmem, desse total, apenas quatro casos chegaram aos tribunais (NETO et al., 2020).

Recentemente, no ano de 2019, novos dados atualizados apresentaram as estatísticas atuais de assassinatos em todo o território da floresta Amazônica, números alarmantes, onde mais de 1.700 defensores foram mortos desde 2000, com apenas cerca de 10% dos assassinos levados ao seio da justiça (DE SOUZA SANTOS, 2021).

Uma proporção surpreendentemente desproporcional de 30% a 40%, dos números de assassinados são indígenas, e muitos mais são, sem dúvida, pessoas de cor e pobres. Somente no ano de 2018, a foram registrados 164 assassinatos, líderes comunitários defendendo direitos coletivos a florestas, terra e ecossistemas aquáticos. Indivíduos ou pequenos grupos cobiçam esses recursos para lucro de curto prazo, independentemente das consequências ambientais ou dos direitos das populações locais (NETO et al., 2020).

Situações de descaso em relação aos assassinatos ocorridos na maior floresta do mundo são comuns. Estudos apontam que dos mais de 300 casos de assassinato na última década, apenas 14 foram levados ao seio da justiça brasileira. Um estudo analisou 16 casos de assassinato a partir de 2015 e identificou falhas graves, onde em pelo menos dois, os detetives da polícia nem se quer visitaram a cena do crime. Em outros cinco, não houve a realização de autópsia (DE SOUZA SANTOS, 2021).

No ano de 2018, os assassinatos de indígenas representam 37% de todas as mortes rurais que ocorreram dentro da floresta Amazônica. No ano de 2019 os assassinatos de líderes indígenas foram identificados em um nível não visto em duas décadas. Sete lideranças

indígenas foram mortas, 26% de todos os assassinatos por conflitos de terra somente em território brasileiro (SOUSA, 2021).

Uma das principais causas de assassinatos na floresta Amazônia é relacionada aos garimpeiros não autorizados. Os quais, ao longo dos anos em centenas buscam minérios na região da floresta. Recentemente, estes invadiram uma reserva indígena de 1,4 milhão de acres no remoto estado do Amapá, no norte do Brasil (ROLEMBERG et al., 2022).

E, coincidência ou não, logo que chegaram, o cadáver de uma liderança indígena, Emyra Waiapi, foi encontrado crivado de facadas e jogado em um rio. Membros da tribo enviaram mensagens desesperadas a políticos e policiais locais, pedindo ajuda. Muitos já tinham lembranças sombrias de invasões passadas que quase os destruíram com infecções e violência (DE SOUZA SANTOS, 2021).

2.2 Dados sobre os assassinatos e as iniciativas para avaliação e combate

As reservas florestais protegidas do Brasil e as pessoas que as habitam estão recebendo pouca simpatia do presidente, Jair Bolsonaro (PL). Ao longo de seu mandato, o Presidente se referiu aos grupos indígenas como povos “pré-históricos” que precisam da influência civilizadora do desenvolvimento. Desde que assumiu o poder em 2019, o governo de Bolsonaro desregula sistematicamente as proteções das reservas indígenas, reduzindo drasticamente os gastos com entidades públicas como o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Fundo Nacional do Índio (FUNAI) (NETO et al., 2020).

O ataque global ao maior núcleo de proteção de meio ambiente do mundo não visa apenas recursos florestais, reservas minerais e os animais ameaçados de extinção, mas sim também as pessoas que a defendem. Realidade que não é exclusiva da região amazônica, em verdade isso deixa ativistas ambientais em toda a América Latina, África Subsaariana e Sudeste Asiático lutando para proteger não apenas a biodiversidade, mas suas próprias vidas. Pelo menos 1.558 deles foram assassinados entre 2002 e 2017 (SOUSA, 2021).

Os números estão aumentando. Aproximadamente três defensores do meio ambiente, pessoas que tomam ações pacíficas para proteger a terra e os direitos associados – são assassinados a cada semana ao redor do mundo, sendo a floresta Amazônica a principal região de registros dessas mortes. O problema está espalhado por dezenas de países, mas poucos são tão sangrentos quanto o Brasil.

O Brasil tem sido um lugar perigoso para ativistas ambientais e jornalistas investigativos desde que se pode lembrar. Embora a atual administração seja desdenhosa dos grupos indígenas, a cultura da impunidade – menos de 10% de todos os assassinatos resultam em condenação. Há sinais de que a campanha de violência pode acelerar (MENDES, 2021).

Enquanto as autoridades do país pressionam agressivamente para abrir as florestas tropicais para tudo, desde mineração de ouro até produção de óleo de palma, desestabilizando as ONGs, acusando-as de ambientalismo “radical,” cortando recursos e fazendo duras críticas, colocando a população que é massa de manobra contra esses órgãos, estas se unem a pesquisadores para monitorar a violência perpetrada por atores estatais e não estatais contra defensores do meio ambiente na Amazônia brasileira (CARNEIRO et al., 2021).

Pesquisadores estes que ao longo dos anos vem reunindo dados de uma ampla gama de organizações, incluindo o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, a Global Witness e a Human Rights Watch, entre outras. A avaliação está se expandindo ano a ano para abranger a maioria dos países da Bacia Amazônica, incluindo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mas os resultados preliminares no Brasil são assustadores.

Estudos apresentaram 2.540 incidentes violentos separados contra defensores do meio ambiente na chamada Amazônia Legal do Brasil, uma área que abrange nove estados brasileiros. Estes incluem pelo menos 406 assassinatos, 378 tentativas de assassinato, 33 agressões físicas, 339 suicídios, 1.303 ameaças de morte e 81 casos de violência sexual (IPEA, 2021).

Dado o relato desigual e a alta probabilidade de encobrimentos, esta é certamente uma contagem insuficiente. No geral, o norte do estado do Pará registrou o maior número de eventos notificados (27%), seguido pelos estados menores do Maranhão (25%) e Rondônia (14%) (IPEA, 2021).

A taxa de homicídios tem se mantido bastante estável nos últimos anos, variando de 66 a 80 por ano entre 2015 e 2018. Os indígenas representam um terço de todas as vítimas documentadas, seguidos pelos sem-terra, indivíduos que geralmente não têm empregos estáveis e posse da terra. Os homens representam mais de oito em cada dez vítimas. A pluralidade de homicídios ocorreu no Pará (29%), seguido por Rondônia (23%) e Amazonas (13%) (IPEA, 2021).

Apesar do nível relativamente constante de assassinatos reais, os números dos últimos anos mostram, curiosamente, um aumento de mais de 50% nas tentativas de assassinato de defensores do meio ambiente. O aumento das tentativas relatadas pode ter resultado do aumento da cobertura da situação por organizações não governamentais no Brasil. A maioria das pessoas visadas são sem-terra e líderes indígenas e os perpetradores parecem ser madeireiros, fazendeiros e grileiros (DE SOUZA SANTOS, 2021).

É fundamental que os envolvidos ajam rapidamente para intensificar os esforços para proteger os defensores do meio ambiente. Esses homens e mulheres são fundamentais para proteger as maiores florestas tropicais do mundo e impedir sua crescente exploração. Em um momento em que as evidências de desmatamento baseadas em satélite estão sendo questionadas pelo governo brasileiro e os cientistas estão sob ataque de políticos, não se pode perder aqueles que trabalham na linha de frente (FONSECA, 2021).

Em suma, entende-se que os legisladores brasileiros devem criar uma comissão de investigação, e realizar audiências públicas para identificar, mapear e desmantelar as redes criminosas que têm como alvo os defensores do meio ambiente. Eles também devem ratificar o Acordo de Escazú, que exige que os estados protejam aqueles que defendem a floresta. Apesar do clima político atual, órgãos públicos como o Ministério dos Direitos Humanos devem ser pressionados a priorizar o tema. Eles têm o mandato de documentar incidentes e fortalecer programas federais e estaduais para proteger ativistas locais (FIGUEIRA, 2021).

Enquanto isso, o Ministério Público e as polícias federais e estaduais podem também aumentar seus esforços para proteger os defensores e desmantelar as redes criminosas envolvidas. A Procuradoria-Geral precisa garantir que seu grupo de trabalho da Amazônia tenha recursos suficientes para investigar e processar aqueles por trás do desmatamento ilegal e da violência (BOEING, 2021).

Contra todas as probabilidades, dado o histórico do governo atual até o momento, IBAMA, FUNAI e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária precisam de recursos adicionais apenas para fazer seu trabalho. Dito isso, a violência atual contra os defensores do meio ambiente persistirá até que reformas estruturais sejam realizadas para garantir que os títulos de terra sejam garantidos e respeitados e que as comunidades indígenas sejam protegidas, imperativos que poucos governos anteriores abordaram com sucesso (FONSECA, 2021).

A proteção dos defensores do meio ambiente da Amazônia é uma responsabilidade nacional e global. Suas mortes violentas deixam vestígios de sangue nas mãos de todos. Não

basta esperar que o governo aja, mas, com certeza, ele tem a obrigação constitucional de proteger todos os cidadãos. Proteger e defender os defensores também é fundamentalmente responsabilidade das empresas e da sociedade como um todo (BOEING, 2021).

3 METODOLOGIA

O método adotado no desenvolvimento do presente trabalho, encontra-se em calcado com a proposta de estudo, a qual está adequada por meio dos objetivos a serem obtidos.

A pesquisa é um meio fundamental para a evolução dos conhecimentos científicos, ou seja, é por meio da pesquisa que se pode ampliar os horizontes de conhecimento sobre determinado assunto.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi calcada em consultas bibliográficas, através de revistas, livros e diversos sítios para a pesquisa de manuais, tratados, e artigos publicados na internet.

O basal objetivo do modelo adotado é realizar uma investigação documental, isto é, fazer a coleta de informações já existentes sobre um tópico ou problema. Possibilitando então a obtenção de informações sobre o status do tópico ou problema.

A pesquisa bibliográfica pode ser acentuada como a intervenção documental para recuperar um conjunto de informações por meio de documentos ou referências bibliográficas que são publicados sobre um assunto, publicação, autor, ou obra específica. Sendo então uma atividade que fornece informações limitadas entre um determinado período.

A coleta dos dados seguiu as seguintes premissas, inicialmente foi feita uma leitura exploratória do material selecionado, em seguida foi adotado o modelo de leitura seletivo, com o intuito de obter maior profundidade, elegendando de fato o material sólido para o trabalho.

Por fim, realizou-se o registro das informações e fontes extraídas, especificadas no trabalho, com nome e ano de publicação.

Também foi realizada a apreciação e interpretação dos resultados. Que consistiu basicamente na formulação de respostas aos objetivos colocados na presente pesquisa.

A análise dos dados tende a ser um passo muito subjetivo. Isto é, o caráter e o objetivo da interpretação modificarão de estudo para estudo, o que provavelmente se vincula com o tipo de dado analisado ou ainda ao “conhecimento de mundo” de quem faz a análise (RESTAINO, 2005).

Na última etapa, realizou-se uma leitura de forma analítica envolvendo todo o material no intuito de ordená-lo e vincular as informações pesquisadas. Levou-se aqui em consideração as informações que possibilitassem obter a resposta do problema central da pesquisa, por meio dos objetivos gerais e específicos.

4 RESULTADOS

Antes que o mundo ficasse horrorizado com os assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do defensor indígena Bruno Pereira, ficou horrorizado com os assassinatos de Chico Mendes e Dorothy Stang, devido a sua notoriedade e ênfase dada pela imprensa.

Chico Mendes era um seringueiro e sindicalista assassinado por fazendeiros em 1988 no sul da Amazônia; Stang, de 73 anos, era uma freira americana assassinada em 2005 por enfrentar madeireiros ilegais do outro lado da floresta tropical (MENDES, 2021).

Suas mortes chocaram o Brasil e causaram indignação internacional e focaram temporariamente a atenção do mundo na Amazônia, graças ao excelente trabalho da mídia em notificar com excelência e transparência as matérias a respeito dos ocorridos.

Mas para aqueles que esperam que o recente assassinato de Phillips e Pereira marque um ponto de virada para a Amazônia como uma combinação, de maiores proteções ambientais, mais supervisão ou direitos mais amplos para as comunidades indígenas do Brasil os assassinatos de Chico Mendes e Dorothy Stang, mesmo com toda mídia e repercussão, não oferecem muito lições reconfortantes (CANDIOTTO, 2022).

Chico Mendes foi morto a tiros três dias antes do Natal de 1988 por enfrentar os fazendeiros que limpavam a floresta tropical onde ele sobreviveu cultivando látex de seringueiras. Seu assassinato envergonhou o Brasil no cenário internacional, com a notoriedade das reportagens, que apresentaram uma nação que voltava ao cenário internacional após uma ditadura brutal de 21 anos (CARNEIRO et al., 2021).

O país sul-americano respondeu ao aprovar uma série de leis que concederam proteção mais ampla à floresta tropical e às comunidades indígenas, além de fornecer uma estrutura para o movimento ambientalista moderno do Brasil. Insta salientar que Chico Mendes foi o primeiro mártir amazônico conhecido pós a Constituinte de 1988, e apesar dessas leis geradas pós a sua morte nem sempre serem aplicadas, são a espinha dorsal da preservação da Amazônia (MENDES, 2021).

O clamor por ação depois que Chico Mendes foi morto repercutiu em todo o mundo, com o ex-vocalista do Police, Sting, liderando o caminho, conhecendo líderes indígenas e reunindo amigos como Elton John e Billy Joel para uma série de shows apelidados de Rock for the Rainforest, trazendo mídia e ainda mais notoriedade para a situação (FERNANDES, 2021).

Desta vez, com os assassinatos de Dom Phillips e Bruno Pereira, os brasileiros com extrema notoriedade pública, assumiram a liderança, como os futebolistas Pelé e Richarlison, a cantora Anitta, o cantor Caetano Veloso, e uma série de atores, escritores e outras celebridades exigiram justiça para Dom e Bruno (SILVA et al., 2022).

Em uma das repercussões midiáticas mais temáticas sobre o assunto, se destaca a de Marina Silva, uma ex-ministra do Meio Ambiente que conheceu Chico Mendes crescendo em seu estado natal, o Acre, para ela, os paralelos são claros. Marina ainda alertou sobre a situação ser ainda mais sombria hoje, por conta do descaso do atual governo, o que impulsionou ainda mais na mídia (BITTENCOURT, 2022).

Em mídia nacional, o presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou claro seu total desprezo pela opinião internacional e sua atitude descarada foi exibida nos dias seguintes ao assassinato de Dom e Bruno em um rio no extremo oeste do Brasil (HOLANDA, 2022).

Bolsonaro disse que sua viagem cuidadosamente planejada era “uma aventura que não era recomendada” e depois caluniou Dom por relatar uma região onde madeireiros, fazendeiros, caçadores e garimpeiros estão se mudando (SILVA et al., 2022).

Em relação a situação atual a mídia repercutiu de forma direta a postura do atual presidente, Bolsonaro (PL), e suas medidas tomadas foram comparadas a do ex-presidente Lula (PT), onde em seu mandato ocorreu o assassinato de Dorothy. Foram veiculadas as ávidas palavras expressas por Bolsonaro e sua preocupação em tomar uma ação real como aconteceu. Frisando a mídia a diferença na postura dos presidentes. A primeira coisa que o atual presidente fez não foi dizer que ele incentivaria a investigação e puniria os criminosos, a primeira coisa que ele fez foi culpar Dom e Bruno por terem “saído em uma aventura”.

Dorothy já havia sido ameaçada antes e não se intimidava quando homens armados se aproximaram dela no meio de uma tempestade. Enquanto ela lia para eles a Bíblia, eles abriram fogo, atirando nela seis vezes. O assassinato chocou o Brasil, levando o então presidente da época, Lula (PT), a enviar tropas federais para a área e proibir a extração de madeira ao longo da estrada que corta a floresta perto da casa de Dorothy Stang.

A indignação e a chegada de 2.000 soldados levaram a uma pequena e temporária interrupção da violência na área, mas no geral não houve mudança a longo prazo, disse Ronilson Costa, coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um ramo da igreja católica que monitora os conflitos de terra.

Tais comparações na mídia repercutiram com muito vigor, uma vez que as posturas foram totalmente distintas uma da outra. De acordo com estatísticas da CPT, Dorothy Stang foi uma das 39 pessoas mortas em disputas de terras em 2005 (LISBOA, 2022). Desde então, mais de 600 pessoas morreram, somando uma média de 38 por ano, números que a mídia faz questão de atualizar, entretanto mesmo com a importante atuação da imprensa frente muitas vezes ao descaso das autoridades públicas, infelizmente, a Amazônia sempre ganha mais um mártir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um momento tão sombrio, não se pode perder de vista o legado de Chico Mendes, ou o movimento que ele galvanizou. Chico morreu, mas não se perdeu. Quando se estuda o papel da mídia sobre os assassinatos dos mártires da Amazônia, deve-se destacar o legado deixado por Chico Mendes.

Seu assassinato desencadeou um clamor internacional alto e sustentado que resultou em uma mudança real, graças à atuação eficaz e indispensável da mídia, a qual contribuiu diretamente para tal questão. Hoje quase metade da Amazônia é território indígena e/ou protegido oficialmente reconhecido.

Essa vasta rede de terras protegidas é uma das principais razões pelas quais o Brasil conseguiu reduzir o desmatamento em cerca de 80% de 2005 a 2015. Incêndios, as taxas de desmatamento ainda são muito menores do que antes de 2005.

Líderes como Joênia Wapichana, primeira deputada indígena do Brasil; Sônia Guajajara, Coordenadora da Associação dos Povos Indígenas do Brasil; e Raoni Metuktire, chefe da tribo Kayapô indicado ao prêmio Nobel, estão mobilizando uma resistência efetiva à destruição local, nacional e internacionalmente, logo, é possível inferir que o papel da mídia é indispensável para a propagação e difusão desses legados, de forma a desacomodar os governos que por muitas vezes fazem vista grossa as questões amazônicas.

REFERÊNCIAS

- BOEING, J. Os caminhos de resistência e potencialização dos direitos humanos e desenvolvimento socioambiental. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 7, n. 1, p. 97-117, 2021.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Guerra, violência e destruição. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, n. 1, p. 5-13. 2022.
- CARNEIRO, P. H.; ROCHA, J. C. B. O Empate Contra Chico Mendes, de Márcio Souza: Direito e Literatura para implementar uma cidadania amazônica. In: TARTAGLIA E. (Orgs.) **Práticas amazônicas: linguagens, culturas e ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores e UNIFAP, 2021. p. 75.
- DE SOUZA SANTOS, E. R. “A semente plantada brotou: Somos Irmã Dorothy”. Migrações, conflitos de terra e assassinatos em Anapu-PA1. Abant, 2021
- DUARTE, M. L. et al. **Padrões e causas do desmatamento no Baixo Acre, região oeste da Amazônia brasileira**. Journal of Environmental Analysis and Progress, v. 5, n. 1, p. 117-127, 2020.
- FERNANDES, J. L. B. **A luta dos seringueiros do Acre pela preservação da floresta ou pela posse da terra?** uma abordagem jurídica dos fatos históricos que culminaram com a criação da reserva extrativista Chico Mendes. Editora Dialética, 2021.
- FONSECA, J. G. C. et al. (GT2-1628) **mulheres negras na Amazônia: violência, luta e resistência**. In: V Congresso Nacional de Diversidades e Questões Étnico-raciais. 2021.
- HOLANDA, M. **Bolsonaro diz que jornalista e indigenista estavam em 'aventura não recomendada'**. Folha de S. Paulo, 07 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/bolsonaro-diz-que-desaparecimento-de-jornalista-e-indigenista-pode-ser-acidente-ou-execucao.shtml>>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.
- IPEA. **Atlas da violência 2021**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2021.pdf>> Acesso em 01 de julho de 2022.
- LISBOA, M. G. O.; BRANCO, R. C. C. Dorothy Stang e o protagonismo feminino na luta pela terra e território de vida Paraense. **Revista GeoAmazônia**, v. 9, n. 18, p. 57-82, 2022.
- MENDES, A. et al. **Chico Mendes Vive: Amazônidas em defesa da vida**. Ambiente & Sociedade, v. 24, 2021.

NETO, V. J.; NETO, R. B. G. **O avesso da nação**: a recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século XX e século XXI. PUCMINAS, 2020

PANDOLFO, G. P. **As raízes coloniais das crises ecológicas: a Amazônia no Brasil de Bolsonaro** (2019-2021). Anima Educação, 2022.

RESTAINO, H. C. O conhecimento de mundo partilhado na produção dos sentidos. **Linha D'Água**, [S. l.], n. 17, p. 105-112, 2005. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v0i17p105-112. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37266>. Acesso em: 28 jul. 2022.

RODRIGUES, M. I. et al. **Concessão florestal na Amazônia brasileira**. Ciência Florestal, v. 30, p. 1299-1308, 2020.

ROLEMBERG, I.; LACERDA, P. **Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira**: enquadramentos morais, legais e associativos. Anuário Antropológico, v. 47, n. 1, p. 87-106, 2022.

SILVA, C. A.; MEDEIROS, R. B. O tempo pró-tempore, seu significado, a presença de Pedro Aleixo. **Revista Entre-Lugar**, v. 13, n. 25, p. 05-13, 2022.

SILVA, E. H.; DORNELLES, S. S. Povos indígenas: mobilizações, reivindicações e afirmações de direitos. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas-Campiô**, v. 1, n. 2, p. 1-4, 2022.

Recebido para publicação em julho de 2022.
Aprovado para publicação em setembro de 2022.